

NOTÍCIAS AFRICANAS

36

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 8 A 14 DE NOVEMBRO DE 1993

ANGOLA

Sem negociações, só guerra e inflação

Como era previsto, não apresentaram resultados as negociações de paz promovidas pelo representante do secretário geral da ONU para Angola, Alioune Beye, realizadas na última semana de outubro, em Lusaca.

No entanto, a expectativa criada por essa reunião foi suficiente para o Conselho de Segurança da ONU adiar para 1º de dezembro a aplicação de um novo pacote de sanções à Unita. Esse novo pacote deveria ordenar, entre outras medidas, o fechamento dos escritórios de representação que a Unita mantém nos Estados Unidos, na Europa e em algumas outras partes do mundo, bem como congelar as contas bancárias desse movimento militar rebelde.

O adiamento foi proposto pelo próprio secretário geral da ONU, Boutros-Ghali, mas sabe-se que ele foi influenciado na sua decisão por um pedido dos norte-americanos. O governo de Washington quer manter aberta a todo custo uma oportunidade de negociação para a Unita. Nesse sentido, Alioune Beye anunciou que novas negociações terão lugar até 1º de dezembro, em lugar ainda a determinar.

No seu relatório ao Conselho de Segurança, Boutros-Ghali relata o que há muito se tem noticiado: a guerra em Angola já *produz* mais de mil mortos diários por causas diretas e indiretas e o número de refugiados já ultrapassa a cifra de três milhões. Com mais de 300 mil mortos em apenas um ano de conflito, a guerra de Angola se tornou a mais mortífera da história contemporânea do continente. A recessão de Biafra (1967-1970) não chegou a tanto e a guerra de independência da Argélia (1954-1962) demorou oito anos para provocar a morte de perto de um milhão de argelinos. Uma guerra travada sobretudo nas cidades e com tão elevado potencial de fogo como esta não precisa de muito tempo para redundar nesse tipo de

chacina.

Nova desvalorização do kwanza — Nos jornais angolanos de hoje, a guerra e a inflação ocupam a mesma página. O *Jornal de Angola* anuncia o que o povo já sabia na prática: uma nova desvalorização da moeda, vigente desde setembro mas só publicada no *Diário Oficial* na segunda quinzena de outubro. O novo kwanza foi desvalorizado em 65% em relação ao dólar, passando de quatro mil para 6.500 novos kwanzas. Segundo o Banco Central angolano, entra agora em vigor um sistema de “desvalorização deslizante”, quinzenal ou mensal, para aproximar a taxa de câmbio oficial ao “equilíbrio macroeconômico” a ser atingido até o final do primeiro trimestre do próximo ano.

Essa é a quinta desvalorização oficial da moeda angolana desde a adoção do Kwanza Novo, em outubro de 1990, criado no âmbito das reformas que visavam à adoção de uma economia de mercado.

O *Correio da Semana* de final de outubro reclama das novas notas de cem mil kwanzas postas recentemente em circulação. Elas são muito parecidas com as de dez mil, da mesma forma como as de cinquenta mil se assemelham com as de cinco mil. Diz o articulista que isso não ocorre no Primeiro Mundo, muito menos devia acontecer em Angola, onde a maioria da população é analfabeta. Ele acrescenta: “O aumento da taxa de desvalorização da moeda causada pela entrada em circulação dessas notas, que já era de 50% antes, neste momento está estimada em 66%.” E finaliza: “Quanto dias teremos de esperar para o dólar valer cem mil kwanzas?” Por enquanto, no mercado paralelo, o dólar vale acima de dez vezes mais que o oficial: 70 mil kwanzas novos.

José Maria Nunes Pereira

SOLIDARIEDADE

O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, sob a direção do jornalista e escritor Arthur Poerner, realizou dia 4 de novembro uma sessão de solidariedade a Angola. Entre os componentes da mesa estavam o senador Abdias do Nascimento, titular da Secretaria Especial de Defesa e Promoção da População Afro-Brasileira; os embaixadores Ítalo Zappa e Ovídio de Mello, que tiveram um papel preponderante para que o Brasil fosse o primeiro país a reconhecer o governo de Angola quando da sua independência em 11 de novembro de 1975; o advogado Modesto da Silveira, que defendeu os membros do MPLA e seus auxiliares brasileiros quando de suas prisões após o golpe militar de 1964; e Walter Dachim, ex-secretário de Estado para o Desporto, que, quando dirigente estudantil, em 1963, ajudou a fundar o Mablá — Movimento de Apoio Brasileiro para a Libertação de Angola. Representando o Consulado de Angola no Rio de Janeiro, o adido cultural André Morgado.

Dois dos aspectos mais discutidos na sessão foram a necessidade de aumentar a ajuda brasileira às vítimas da guerra em Angola e a urgência em pressionar a imprensa brasileira para que ela noticie o que se passa nesse país. Observou-se que parecia estranho que a imprensa de um país tão identificado cultural e historicamente com Angola sequer veiculasse suficientemente e que é fornecido sobre a guerra pelas agências internacionais. Enfatizou-se que Angola é o único país do Terceiro Mundo onde o Brasil tem negócios que já ultrapassam US\$ 2 bilhões. (JMNP)

Africa Austral debatida em Maputo (Pág. 2)

Moçambique desmobiliza em 1994 (Pág. 2)

Ameaça de motins perturba a paz (Pág. 3)

Conclave secreto Governo-ANC (Pág. 4)

Divisões no governo De Klerk (Pág. 5)

Bissau fez suar a Nigéria (Pág. 5)

A longa espera (Pág. 6)

A vida nos limites (Pág. 8-9)

Um ano depois da batalha de Luanda (Pág. 10)

Militares portugueses já têm casa

EXPRESSO, 23 10 93

Refinaldo Chilengue
correspondente em MAPUTO

O GOVERNO de Moçambique entregou ontem formalmente a residência em que estão instalados os elementos da missão militar portuguesa de Maputo que participam na formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), futuro exército unificado, em cerimónia presidida pelo ministro da Defesa moçambicano, general Alberto Chipande.

Um protocolo sobre a cedência da residência, situada no Bairro Militar junto à zona dos quartéis de Maputo, foi assinado por Raul Guezimane, director do Departamento de Relações Internacionais do Ministério da Defesa, e pelo embaixador português Lopes da Costa. «Em cada fase da história de Moçambique, Portugal tem a sua quota-parte», comentou o ministro da Defesa.

Os militares portugueses vão começar a dar instrução no final deste mês a uma guarnição conjunta Governo-Renamo de cerca de 90 homens que vai garantir a segurança do seu projecto de formação logística, a iniciar em Novembro.

A guarnição, que será a primeira das FADM, deverá receber a instrução num local «neutro», ainda por decidir, disse uma fonte castrense. Um dos locais em apreço situa-se perto do acampamento do Batalhão de Transmissões portugueses (BT4), integrado na força de «capacetes azuis» da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), que se encontra estacionado na Matola, arredores de Maputo.

Os instruendos da guarnição, que deverão utilizar provisoriamente fardas portuguesas, ficarão, ao que tudo indica, instalados num acampamento. Falta

ainda decidir quem vai pagar a manutenção e a logística desta guarnição, bem como a distribuição de funções militares pelos homens das forças governamentais e da Renamo.

Uma decisão sobre o começo da instrução poderá ser tomada já na próxima semana, quando se espera que reúna a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFFADM).

Nesse encontro, espera-se que possam ser aprovados uma série de documentos regulamentares sobre a estrutura do exército moçambicano preparados com a assessoria da missão militar portuguesa e que se encontram em estudo pelas partes.

Os 90 homens vão garantir a segurança da Escola Prática de Administração Militar em Maputo, onde decorrerá o projecto

de formação logística, patrocinado por Portugal. Idêntico sistema será seguido para o projecto de formação de uma campanha de fuzileiros, na Catembe (Província de Maputo) de 60 homens. Catorze contentores com material para formação logística e também para projectos de formação de forças especiais, em Nacala (província nortenha de Nampula), e de fuzileiros, bem como diverso material auto, entre os quais dois «Unimog-711», chegaram esta semana ao porto de Maputo.

O material de instrução fornecido por Portugal será depois oferecido ao novo exército moçambicano. Dezasseis instrutores portugueses, coadjuvados por militares do grupo de planeamento da missão militar portuguesa vão dar formação logística a um total de 350 efectivos do Governo e da Renamo.

África Austral debatida em Maputo

A DESMOBILIZAÇÃO dos dois exércitos e a arrancada do processo eleitoral são os principais problemas que Butros-Ghali vai enfrentar durante a visita de três dias que ontem à tarde iniciou a Moçambique.

O secretário-geral da ONU era aguardado pelo primeiro-ministro Mario Machungo, em representação do Presidente Joaquim Chissano. Nem o chefe do Estado nem Afonso Dhlakama se deslocaram ao aeroporto de Maputo. Segundo observadores, para evitar problemas protocolares "que levariam um mês a resolver".

O presidente da Renamo chegou a capital duas horas antes, proveniente da base central do

seu movimento, em Maringué. Embora a agenda da visita não tenha sido divulgada, por alegadas razões de segurança, sabe-se que Butros-Ghali manterá contactos com o Presidente Chissano, com Afonso Dhlakama e com o seu representante especial em Moçambique, Aldo Ajello.

Durante a sua estada, o secretário-geral da ONU deverá ainda avistar-se com o seu representante em Angola, Ahoune Beye, e com o chefe da diplomacia sul-africana, Roelof Botha. Comentando a visita de Butros-Ghali, o negociador-chefe do governo, ministro Armando Guebuza, considerou-a muito importante, dada a "situação pouco clara" quanto às perspectivas de

aplicação do Acordo Geral de Paz.

Guebuza sublinhou que o governo está muito interessado em fazer entender a Butros-Ghali que a Onumoz não veio a Moçambique para renegociar o acordo de Roma.

Referindo-se a uma "tentativa sistemática de renegociação da paz", Guebuza afirmou que o esforço desenvolvido pelo executivo com vista à aplicação do acordo não pode ser encarado como "pura e simplesmente irrealista".

Quanto à Renamo, existe a convicção de que a visita de Butros-Ghali vai permitir "uma conversa directa e pessoal". O chefe do Departamento de Assuntos Políticos, Raul Domingos, afirmou: "Acreditamos que Aldo Ajello tem

colocado as nossas questões às Nações Unidas, mas o que acontece é que a sensibilidade e o calor não serão os mesmos".

A sua chegada ontem a Maputo, Afonso Dhlakama confirmou, à margem da conferência de imprensa no aeroporto, que vai levar ao conhecimento de Butros-Ghali as dificuldades de acesso da Renamo ao "Trust fund". A Resistência tem-se queixado de que "a burocracia complicadíssima" das Nações Unidas entrava a utilização daquele fundo, segundo a Renamo também limitado a menos de metade dos dez milhões de dólares inicialmente anunciados.

O secretário-geral da ONU chegou a Moçambique proveniente das Ilhas Maurícias, onde participou sábado na abertura da primeira dos Estados francófonos, em Port-Louis. ■

Jose Pinto de Sa, em Maputo

Moçambique desmobiliza em 1994

PÚBLICO, 24 10 93

OS EXCEDENTES das tropas da Frelimo e da Renamo vão ser desmobilizados de Janeiro a Maio do próximo ano, de acordo com o calendário revisito do processo de paz moçambicano que na sexta-feira foi assinado pelo Governo, pelo partido de Afonso Dhlakama e pelas Nações Unidas.

Entretanto, em Novembro e Dezembro serão acantonadas essas tropas, que durante mais de 15 anos se combateram e

que em 1994 virão a dar lugar às Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), que têm de estar operacionais antes de se proceder às eleições presidenciais e legislativas.

O novo calendário é a formalização do que foi acordado durante a recente estada em Maputo do secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, que tratou de resolver o atraso de um ano que se está a verificar na aplicação do que em 1992 foi combinado em Roma.

A ONU vai assumir o controlo do armamento armazenado pelas tropas a acantonar a partir do próximo mês, entregando-o depois às FADM, que devem ficar operacionais em Setembro de 94, cerca de um mês antes das previstas eleições multipartidárias, a disputar pela Frelimo, pela Renamo

e por uma série de partidos mais pequenos.

De acordo com os conhecimentos actuais da situação em Moçambique, e partindo do princípio de que este novo calendário será cumprido, sem incidentes de maior, Joaquim Chissano é o candidato com mais hipóteses para a Presidência da República. Mas tem de se ter em conta que ainda só há sondagens feitas nas cidades e que uma parte substancial da população moçambicana vive em zonas rurais, muitas delas há uma década controladas pela Renamo.

Segundo os estudos que têm sido feitos em Maputo, Beira, Nampula e algumas outras cidades, é sabido que o actual Chefe de Estado poderá aspirar à vitória no Sul e no Norte do país, mas que no Cen-

tro, designadamente nas províncias de Manica e Sofala, a sua popularidade é facilmente ultrapassada pela de Afonso Dhlakama.

Nenhum dos outros presidenciais é susceptível de, no cómputo geral, chegar sequer a um décimo do eleitorado, se bem que no Sul o advogado Domingos Arouca ultrapasse essa marca e o mesmo aconteça no centro com o seu colega de profissão Máximo Dias.

Uma das possibilidades em aberto para as primeiras eleições livres de Moçambique é a de uma coligação entre os terceiros partidos, a começar pela Fumo de Arouca e pelo Monamo de Dias, que em conjunto poderiam tentar atenuar um pouco no futuro Parlamento a tendência para a bipolarização. ■

Ameaça de motins perturba paz

PÚBLICO, 30 10 93

José Pinto de Sá, em Maputo

O representante em Moçambique do secretário-geral das Nações Unidas afirma-se optimista quanto à evolução do processo de paz que vai agora no seu segundo ano. Mas no terreno há alguns factos que ensombram a tranquilidade aparente dos diplomatas. Os próximos meses poderão reservar surpresas desagradáveis.

As altas patentes das Forças Armadas Moçambicanas (FAM) e da Renamo entendem-se às mil maravilhas e tudo indica que Moçambique terá exército único até Setembro do próximo ano. No terreno, contudo, os soldados exprimem cada vez mais alto o descontentamento e os motins que eclodiram nos últimos dias poderão ser os primeiros de uma longa série.

A Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique aprovou nesta semana a estrutura do Estado-Maior General

das futuras FADM e o seu quadro orgânico superior, num passo descrito como fundamental para a criação do futuro exército unificado.

Esta evolução surge na sequência da assinatura do novo calendário para o processo de paz, rubricado pela Renamo e o Governo no termo da visita do secretário-geral Butros Butros-Ghali a Maputo. Segundo a nova calendarização, o acantonamento dos ex-beligerantes deverá ter início a 30 de Novembro. No mês seguinte estará concluída a formação dos instrutores do futuro exército, que decorre desde Agosto no campo de Nyanga, no Zimbábwe. Nessa altura, serão abertos os centros de treinamento das FADM, por forma a que o exército unificado e apartidário, de 30 mil soldados, esteja pronto em Setembro de 1994, um mês antes da data prevista para as eleições.

Aplicando o novo calendário, a Comissão de Supervisão e Controlo aprovou um documento regulamentando as deslocações de tropas, enquanto que a Comissão de Cessar-Fogo se debruçou sobre os avanços no programa de desminagem e estudou os preparativos com vista à futura desmobilização. Actualmente, a CCF discute a extinção das milícias e forças irregulares, colocada pela Ren-

mo como condição "sine qua non" para iniciar o acantonamento das suas tropas.

Pelo andamento dos trabalhos, tudo aponta para a existência de um exército único dentro de 11 meses. Já não era sem tempo. A degradação das Forças Armadas de Moçambique vem-se acentuando nos últimos tempos e manifestou-se agora pela ocorrência de três motins no espaço de seis dias.

Primeiro, foi o batalhão de escolta de comboios do Corredor da Beira que se amotinou e ocupou a estação de Gondola, interrompendo o tráfego ferroviário durante algumas horas. Os 250 homens exigiam a sua reintegração na vida laboral, na sequência da desmobilização de todas as forças de protecção dos caminhos de ferro de Mocimboque-Centro.

Feijão sem sal

Na segunda-feira, cerca de 200 soldados afectos ao Centro de Instrução Militar do Dondo, em Sofala, amotinaram-se exigindo o pagamento de dois meses de salários em atraso. Disparando para o ar e gritando palavras de ordem como "Queremos o nosso dinheiro; já basta estarmos a comer feijão sem sal", os amotinados lograram forçar o governo provincial a pagar o que exigiam, após mediação do brigadeiro

Luigi Fontana, comandante da Região Centro da Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz).

Anteontem coube a vez aos militares do 1º Batalhão da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, estacionado em Moatize, na província de Tete. Reivindicando o pagamento de quatro meses de soldos em atraso, os soldados bloquearam a Estrada Nacional 103 e ameaçam prosseguir o movimento até total satisfação das suas exigências.

Atualmente, o quadro salarial base praticado nas FAM vai de 16 mil meticais (cerca de 500 escudos) para um soldado do Serviço Militar Obrigatório até 1150 milhares de meticais (cerca de 38 contos) para um tenente-general.

Apesar de tudo isto, porém, o representante de Butros-Ghali, que é o italiano Aldo Ajello, diz que "algo de mágico se verificou nestes últimos dias", pois que uma série de reuniões entre o Presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo teria desenvolvido a confiança mútua.

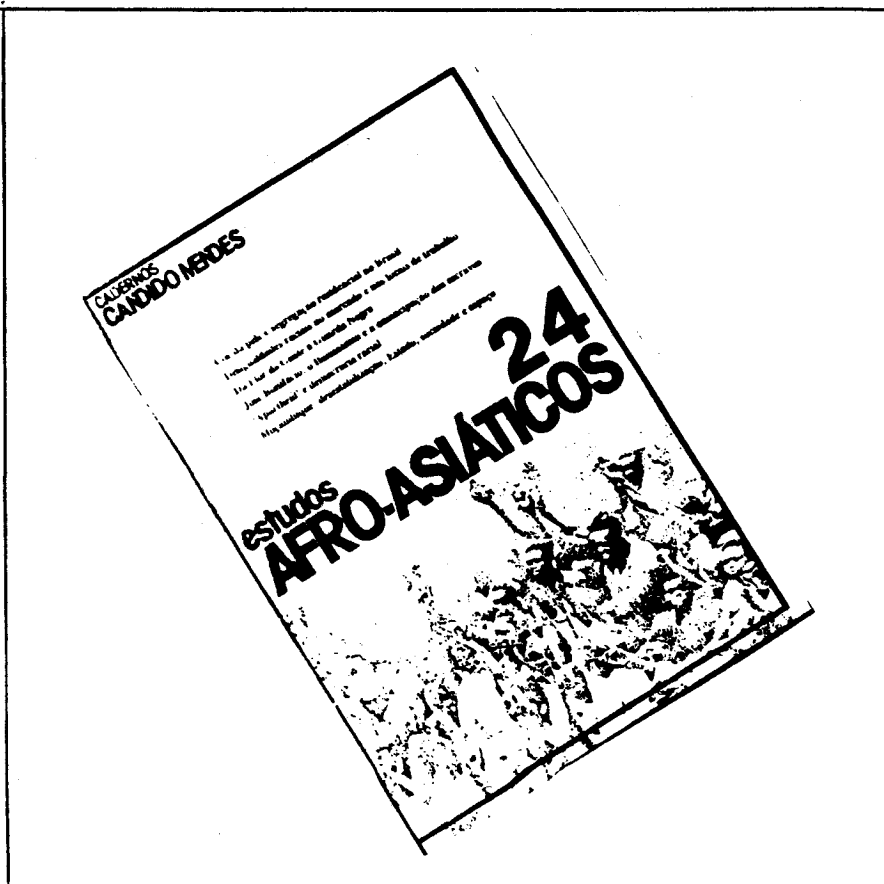
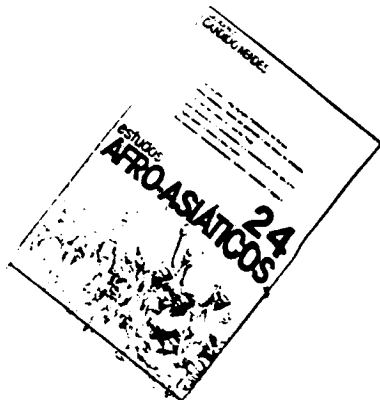
A contrabalançar com o seu optimismo, o homem da ONU tem porém a ameaça que a Itália fez de retirar de Moçambique o seu contingente militar de mil homens, devido a dificuldades orçamentais.

O batalhão italiano fiscaliza a estrada e a linha de caminho-de-ferro que ligam o Zimbábue ao porto da Beira; e garante o apoio logístico das outras unidades que participam na Onumoz, num total de 8000 capacetes azuis. ■

Tribunal alemão condena agressores de moçambicano

PÚBLICO, 20 10 93

UM TRIBUNAL de Dresden condenou, ontem, três jovens alemães pela morte de Jorge Gomondai, um moçambicano atacado por um grupo de «skinheads» quando viajava num eléctrico, naquela cidade alemã, na madrugada de 31 de Março de 1991. Os «cabeças rapadas» alegaram que só queriam assustar o jovem, o qual teria entrado em pânico e saltado do eléctrico em andamento. Mas, já no final do julgamento, uma «testemunha-surpresa» (que diz ser um ex-«skinhead») revelou que o jovem moçambicano foi confrontado com a ameaça de morrer esfaqueado ou saltar do veículo. As penas acabaram assim por ser superiores às pedidas pelo próprio procurador da República — dois anos e seis meses de prisão para um dos réus e um ano e seis meses de prisão com pena suspensa para os outros dois.



A seis meses das eleições na África do Sul

PÚBLICO, 27.10.93

Conclave secreto Governo-ANC

Steven Lang,
em Joanesburgo

O Governo da África do Sul e o principal partido da oposição reuniram-se esta semana, seis meses antes da data prevista para as primeiras eleições livres em que poderão participar todos os cidadãos com idade para isso, independentemente da sua cor. Para resolver os problemas institucionais em aberto e imaginar o modo de convencer Buthelezi a mudar a sua posição.

O Governo sul-africano e o ANC reuniram-se na segunda-feira e durante todo o dia de ontem a fim de tentarem resolver, à porta fechada, os problemas ainda em aberto sobre as instituições que ficarão em vigor após a ida às urnas, no dia 27 de Abril de 1994. E também um problema quase insolúvel: como convencer o Inkatha a mudar a sua atitude de oposição radical aos planos para uma nova África do Sul.

O funcionamento do Governo de Unidade Nacional a sair da Assembleia Constituinte que se elege dentro de seis meses, e os poderes das futuras regiões da África do Sul são alguns dos assuntos que preocupam o gabinete de Frederik de Klerk e o movimento que espera congregar mais de metade do eleitorado total.

Ainda não se sabe qual é a Constituição que o país terá em meados do próximo ano e existem até muitas dúvidas quanto à possibilidade de se concretizarem a tempo e horas todos os objectivos do fórum negocial que tem vindo a preparar as futuras instituições. Mas se tudo correr bem até lá, nos dias 6 e 7 de Novembro já os chefes da maioria dos partidos aprovarão em sessão plenária as grandes linhas constitucionais para o período 1994/1999 e a lei segundo a qual se deverão realizar as eleições de Abril.

Intransigência da direita

Alguns pessimistas observam que a urgência de ir às urnas numa data marcada com grande antecedência por um certo grupo de negociadores poderá intensificar a violência política, que este ano já vitimou mais de 3.000 pessoas. E lembram como em Angola também foi perigoso ir a correr para as eleições do ano passado, sem mais alguns meses de preparativos, para que tudo

viesses a correr bem.

A verdade é que a intransigência dos grupos situados mais à direita do espectro político representa uma grave ameaça para a normal realização da escolha de uma Assembleia Constituinte. Negros e brancos adversários de Frederik de Klerk e do ANC formaram a Aliança da Liberdade, que juntam as forças conservadoras que estão contra a forma como o processo negocial actualmente decorre. A Aliança rejeita os planos de um Conselho Executivo Transitório (CET) que em princípio iria agora funcionar a partir de meados de Novembro, em paralelo com o governo existente. E defende uma Constituição mais federalista do que a preconizada por Nelson Mandela.

No lado oposto, o Congresso Panafricano (PAC) rejeita o CET porque o mesmo permitirá a continuação do Partido Nacional no poder. E diz que a eleição da Assembleia Constituinte é a única solução para os problemas políticos da África do Sul, sem mais delongas.

Na semana passada o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, conferenciou em Maputo com os presidentes do PAC e do Inkatha, respectivamente Clarence Makwethu e Mangosuthu Buthelezi, a fim

de os tentar convencer a aderirem ao processo negocial, que envolve sobretudo o partido do Presidente De Klerk e o ANC. Mas parece que não teve grande êxito. No entanto, uma fonte governamental sublinhava ontem que De Klerk considera uma questão vital imaginar o modo de fazer inflectir pelo menos a posição do líder zulu, fazendo-lhe algumas concessões que ele possa apresentar aos seus homens como "uma vitória".

Muitos observadores comentam que será impossível organizar eleições livres e justas enquanto a actual onda de violência persistir, pois é um facto que um elevado nível de intimidação política contradiz sempre qualquer processo democrático.

Outras questões em aberto incluem a da transformação formal do ANC, do PAC e de outros grupos de movimentos de libertação em verdadeiros partidos políticos; a da elaboração dos cadernos eleitorais; a dos locais onde funcionarão as assembleias de voto; e a de quem é que vai fiscalizar a votação.

Apesar de todas estas dúvidas e obstáculos, que parecem demasiados para o tempo que medeia até Abril, o clima geral na África do Sul está agora um pouco mais optimista do que há alguns anos: a prolongada recessão económica está a chegar ao fim, a seca acabou, as sanções económicas estão a ser desmanteladas e o país regressa de pleno direito à convivência internacional. ■

Buthelezi em desgraça

EXPRESSO, 30.10.93

O SEU isolamento já era notório e a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Frederik De Klerk e Nelson Mandela só veio agravar a situação de Mangosuthu Buthelezi, o líder zulu sul-africano. Até recentemente, bastava ao chefe do Partido da Liberdade Inkatha um estalar de dedos para que as chancelarias ocidentais lhe abrissem as portas.

Eram os tempos em que Buthelezi se assumia como «força de bloqueio» à campanha armada do ANC contra o «apartheid» e jurava fidelidade ao sistema de economia de mercado. O Ocidente retribuía: desde Nixon a Bush, todos os Presidentes dos EUA o receberam, enquanto Thatcher sempre lhe franqueou o nº 10 de Downing Street.

Mas há vezes em que as coisas mudam rapidamente. Porquê? Buthelezi teme que a previsível vitória de Mandela nas presidenciais o arraste para uma posição de subalternidade irremediável e não hesitou em boicotar os trabalhos da conferência multipartidária, fazendo uma aliança estratégica com a extrema-direita. Os dirigentes ocidentais

gostaram pouco da manobra e insistem com Buthelezi para participar nas eleições gerais de Abril do próximo ano.

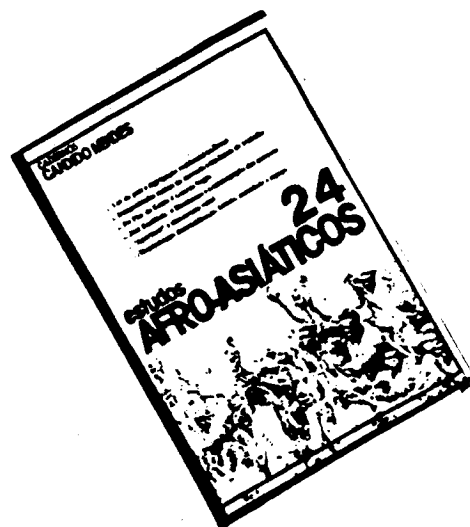
Buthelezi parece estar a perder a serenidade e a exibir a sua veia belicosa. Em Pretória, é relatado um episódio

em que o líder zulu se terá dirigido desabridamente ao embaixador do Japão, a quem perguntou se lhe estava a chamar «mentiroso»...



FAÇA JÁ SUA
ASSINATURA

LIGUE
531-2000
RAMAL 259



"Pik" Botha contra os seus colegas da linha dura

Divisões no Governo De Klerk

PÚBLICO, 31 10 93

Jorge Heitor

O Presidente Frederik de Klerk afirmou ontem, com todo o triunfalismo, que o Partido Nacional poderá ganhar as eleições para a Assembleia Constituinte, em Abril. Mas a verdade é que o seu Governo está dividido e que o ministro dos Negócios Estrangeiros trouxe ontem à ribalta essas divisões.

Numa aparente fuga para a frente, o Presidente da África do Sul admitiu em Joanesburgo a hipótese, quase absurda, de o seu partido ficar à frente do ANC nas eleições de 27 de Abril do próximo ano: "Os favoritos são muitas vezes vencidos." E teve críticas agudas não só para o movimento de Nelson Mandela como também para o de Mangosuthu Buthelezi.

Ao falar a milhares de pessoas, na sua maioria negros, Fre-

derik de Klerk declarou que o "novo" Partido Nacional (desde 1948 no poder) já não é reservado apenas aos brancos: "Somos irmãos, numa equipa vencedora". Mas, perante a insistência de jornalistas presentes, foi-lhe difícil negar as notícias de que há divisões no seu governo, tendo recorrido ao velho truque de que tudo o que se diz a esse respeito são especulações da imprensa.

Horas antes, porém, o porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros, Awie Marais, confirmara que o titular do mesmo, Roelof "Pik" Botha, criticara alguns colegas durante um jantar do Partido Nacional efectuado durante a semana: "O governo tem cometido alguns erros durante os últimos meses e peço desculpa por eles".

O ANC, que parte como favorito para as eleições do próximo ano, já comentou que as palavras de Botha são uma prova de que há graves divisões no executivo. E o chefe do Partido Democrático, o liberal Zach de Beer, observou que alguém deve deixar imediatamente o governo, seja o responsável pelos Negócios Estrangeiros sejam os ministros que ele criticou.

As causas mais recentes das aparentes divergências foram uma intervenção militar no Transkei e a subida dos preços da gasolina. Mas desde há mais tempo que os analistas políticos notam no gabinete uma fricção entre os que se podem chamar moderados, como "Pik" Botha, e

os "falcões", que entendem que já se cedeu muito perante as exigências do ANC.

Coetsee e os militares

A linha dura inclui aparentemente o ministro da Defesa, Kobie Coetsee, que dirigiu o raide contra aquele bantustão pseudo-independente, e o seu colega George Bartlett, que em Setembro aumentou o preço dos combustíveis e depois teve de voltar parcialmente atrás com a decisão, devido aos clamores que entretanto se levantaram.

De Klerk e Coetsee consideram que houve uma legítima operação contra um território a partir do qual são lançadas actividades terroristas, mas quem se opõe a eles alega haver sido essencialmente uma maneira de agradar à parte mais direita da comunidade branca sul-africana; parte essa que inclui muitos militares.

"Pik" Botha, que poderá estar eventualmente a pensar no seu futuro político, mesmo depois de o Partido Nacional perder o monopólio do poder, nota que se ia ao Transkei apenas para apreender armas à ala militar do Congresso Pan-Africano (PAC); e que afinal houve cinco jovens mortos, o que não estava previsto.

Trata-se do ministro dos Negócios Estrangeiros

que há mais anos exerce o cargo, em todo o mundo, e pretende talvez fazer juz à sua fama de diplomata, se possível estendendo agora pontes de entendimento com o ANC. Em vez de o hostilizar abertamente, como o fez ontem o Presidente De Klerk, para quem o grupo de Mandela é "um partido perigoso, ávido de poder, arrogante, e que deve ser batido nas urnas".

Em Março do ano passado dois terços dos brancos da África do Sul, consultados em referendo, disseram ao Chefe de Estado concordar em que prosseguissem as negociações para uma transição pacífica. Mas hoje em dia, segundo as sondagens, De Klerk já não conta com o apoio da maioria dos brancos; e é difícil de acreditar que consiga superar tal quebra com a conquista de uma fatia substancial do eleitorado negro.

O próprio "Pik" Botha chegou a admitir há cerca de dois anos um Partido Nacional aberto a todas as etnias e que arrecadasse perto de 25 por cento dos votos para a Constituinte. Mas a muitos observadores isto parece um tanto ou quanto irrealista, pelo que se poderá perguntar qual será a nova aposta da velha raposa: vir a substituir o actual Presidente à frente do aparelho partidário ou oferecer-se para dirigir a política externa do futuro Governo de Unidade Nacional? ■

Renovação do Conselho de Segurança

Bissau fez suar a Nigéria

A GUINÉ-BISSAU não chega a ter um centésimo dos cerca de 120 milhões de habitantes da Nigéria, mas na sexta-feira bateu-se com ela de igual para igual, na Assembleia Geral das Nações Unidas, por um lugar no Conselho de Segurança; e foram necessárias quatro votações para a escolha dos nigerianos, só possível depois de os guineenses terem retirado a sua candidatura.

A Argentina, o Omã, o Ruanda e a República Checa são os outros quatro novos membros não permanentes do Conselho, que a partir de 1 de Janeiro e por dois anos vão ocupar os lugares actualmente na posse de Venezuela, Japão, Marrocos, Hungria e Cabo Verde. Juntam-se naquele organismo aos cinco membros permanentes e, ainda, ao Brasil,

Nova Zelândia, Paquistão, Djibuti e Espanha, que estão a cumprir o biênio 1993-1994.

Um lugar no Conselho de Segurança garante uma certa influência nos assuntos mundiais, razão pela qual muitos países se batem por ele; como é o caso da Nigéria, que desejaria mesmo ter o estatuto de membro permanente, a adquirir ao mesmo tempo que uma Alemanha, um Japão ou um Brasil. Mas ainda está por definir a data e as condições do alargamento de tal estatuto, que por enquanto pertence apenas aos Estados Unidos, Rússia, França, Grã-Bretanha e China.

A Argentina, o Omã e o Ruanda não tiveram desta vez dificuldade em ser eleitos. A República Checa necessitou porém

PÚBLICO, 31 10 93

de duas votações para levar a melhor sobre a Bielorrússia; e a Nigéria souou as estopinhas para se conseguir impor ao pequeno país de "Nino" Vieira, que no último escrutínio, depois de já haver desistido, ainda recebeu o voto de 33 delegações.

A forma pouco ortodoxa como o general Ibrahim Babangida anulou este ano as eleições presidenciais que ele próprio promovera e entregou o poder a um ho-

mem da sua escolha, Ernest Shonekan, teria contribuído para que "o gigante africano" passasse por semelhante vergonha. E mesmo assim a sua admissão no Conselho foi apenas por 119 votos, face aos 174 conseguidos pelo Omã, aos 169 da Argentina, aos 153 do Ruanda e aos 127 da República Checa.

Quanto à Guiné-Bissau, disse que contava com o apoio do grupo de países africanos representados em Nova Iorque e recordou a sua presença nas operações que a ONU tem actualmente em curso em Angola, Moçambique, Libéria, Camboja, Haiti e terras da antiga Jugoslávia. ■

MANDELA COM COMUNIDADE PORTUGUESA — O presidente do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, juntou ontem, em Joanesburgo, com representantes da comunidade portuguesa na África do Sul. "O futuro dos portugueses na África do Sul" foi o tema do discurso proposto a Nelson Mandela pela organização do jantar-baile anual da Associação dos Jovens Empresários e Profissionais Portugueses. Foi o segundo encontro de Mandela com a comunidade portuguesa, mais de um ano depois de um encontro na cidade do Cabo.

Apesar de precária, a trégua no Cuíto permitiu fazer chegar a esta cidade os primeiros abastecimentos alimentares. Com eles, renasceu a esperança na capital do Bié, embora a normalização continue à espera de melhores dias

A longa espera

Nicole Guardiola enviada a LUANDA

EXPRESSO, 23 10 93

MAL soube que os aviões do Programa Alimentar Mundial (PAM) iriam regressar ao Cuíto, o sr. Tavares, um abastado comerciante desta cidade retido em Luanda desde Janeiro, correu aos mercados da capital, comprou leite, comida e outros produtos de primeira necessidade e pôs-se de atalaia à porta dos escritórios da organização. Queria convencer os atarefados funcionários a incluir a sua encomenda — «coisa pouca, uns doze quilos...» — no próximo carregamento de ajuda humanitária com destino ao Bié.

Mas, por mais que lhe explicassem que, numa situação de emergência como a que se vive no Cuíto, não há lugar para os casos particulares, Tavares não se conformou... porque está apaixonado. A mulher que ama está no Cuíto, e, para ele, as toneladas de alimentos que seguirão no próximo voo têm o inconveniente de serem «anónimas». Poderão ajudar a matar a fome de milhares de pessoas, salvar alguns feridos, alguns doentes, devolver o riso às crianças, mas ele quer que a sua amada saiba que não a esqueceu, que está a remover céu e terra para ir ter com ela, para a arrancar ao inferno.

Quarta-feira à noite, conseguiu finalmente encontrar-se com Mercedes Sayagues, encarregada das relações com a Imprensa do PAM, que já esteve no Cuíto. Arrancou-lhe a promessa de levar pelo menos uma carta e ficou mais sossegado. Mercedes esteve com a sua amada e pôde responder a quase todas as perguntas que Tavares lhe fez.

E, com a cautela com que se fala a um doente ou a uma criança assustada, Mercedes foi dando notícias da cidade perdida. Falou da alegria que se apoderou da população à chegada do primeiro avião, da esperança renascida, da mudança que já notou entre a primeira visita, há uma semana, e a segunda, dois dias mais tarde: «Vi crianças a brincar na rua, ouvia-se música, e para receber os três visitan-

tes todos quiseram dar o que tinham de melhor: uma lata de sardinhas, um par de ovos vindos não se sabe de onde, uma garrafa de brandy que estava guardada para 'celebrar o fim da guerra' foi aberta em nossa honra».

Enquanto procurava recordar os nomes das pessoas com quem falara, Mercedes descrevia também os lugares que visitou: não há um único edifício intacto, um único telhado, uma única fachada sem impactos de metralha. Os jardins, os quintais, são cemitérios onde, por vezes, uma família inteira foi sepultada na mesma campa, escavada à pressa.

Homens nervosos e dedos no gatilho

Desde que os combates cessaram, há pouco mais de um mês, os sobreviventes procuram enterrar os mortos, limpar os escombros, desobstruir caminhos ou inventar itinerários que permitam evitar os bairros em poder da UNITA. Mulheres e crianças fazem incursões nos campos mais próximos em busca de comida e de lenha. É uma longa espera pela normalização da situação e pela regularidade dos voos de auxílio humanitário.

Na cidade arrasada há um mercado improvisado onde os que ainda possuem algum objecto de valor — relógios, electrodomésticos, roupas, bicicletas — os vão trocar por cereais, mandioca ou legumes que os soldados da UNITA comercializam. A penúria criou estranhos «esquemas» e, ao que parece, tempos houve em que as trocas se fizeram nos dois sentidos, mesmo entre os combatentes, nos intervalos dos tiroteios.

Contudo, é uma trégua precária, porque dos dois lados da barricada há homens nervosos, armas em riste e dedos no gatilho. Qualquer incidente pode ser o rastilho de uma nova explosão.

Em desespero, mulheres e crianças vão abandonando

Cuíto em direcção às aldeias vizinhas, «sob controlo da UNITA mas onde não há guerra nem fome», temendo o possível reinício dos combates.

O coordenador oficial das operações de ajuda humanitária das Nações Unidas, o moçambicano Aranda da Silva, confirmou que dos bairros ocupados pela guerrilha foram retirados ou partiram voluntariamente todos os não-combatentes. «A quem são destinadas então as toneladas de alimentos que o PAM se comprometeu entregar, em partes iguais, às populações do Cuíto sob o controlo do Governo e da UNITA?», perguntou um jornalista angolano.

Diplomata, Aranda da Silva disse que era este o acordo que negociou no Huambo com quase toda a direcção da UNITA, com excepção de Savimbi, agradecendo ao Governo ter acedido prontamente ao envio de um primeiro voo humanitário para a capital do Planalto e aos dois beligerantes por permitirem que, pela primeira vez desde o fim de Julho, as ajudas cheguem a todas as populações carenciadas.

UNITA controla e dá garantias

No Huambo, Aranda da Silva verificou a existência de casos de subnutrição grave, nomeadamente entre as crianças e os civis não-agricultores; embora não falem os alimentos básicos, escasseia o dinheiro e os produtos para trocas. O hospital do Huambo tem os quadros de pessoal completos — 28 médicos, enfermeiros e enfermeiras laicas e religiosas. Mas não há energia eléctrica e na altura da visita não havia antibióticos. «Uma fonte religiosa indicou uma incidência muito alta de tuberculose, mas o primeiro voo levou medicamentos e podemos considerar que, neste momento, a situação mais urgente está resolvida», declarou o coor-

denador da ajuda humanitária.

A proibição, por um comandante local da UNITA, da aterragem do terceiro voo procedente de Luanda deu origem a novas discussões. Na capital, radicais governamentais insurgiram-se contra «novas cedências às imposições de Savimbi» sem nenhuma garantia em relação ao futuro. Mas o PAM e a UNAVEM responderam que tiveram garantias formais da UNITA de que os voos humanitários vão poder prosseguir sem incidentes e que a evacuação dos estrangeiros retidos no Cuíto se realizará como previsto para São Tomé.

A UNITA pretendia colocar cinco dos seus homens no aeroporto para revistar a carga antes de deixar os camiões seguir para a cidade, mas o representante pessoal do secretário-geral da ONU em Angola, Alioum Blondin Beye, protestou energicamente junto de Savimbi pelo que considerou «uma tentativa de desacreditar e fiscalizar a acção das Nações Unidas e dos seus funcionários». Sanado o incidente, o PAM foi autorizado a aterrar de novo terça-feira no Cuíto para retirar os seus três funcionários que tinham ficado retidos na capital do Bié.

A viagem de regresso, através dos três postos de controlo militares montados pela UNITA na estrada que separa a cidade do aeroporto, foi uma dura prova para todos os actores directos ou indirectos do drama. «Tudo foi milimetricamente negociado e cronometrado e avisaram-nos de que vigiaríamos cada um dos nossos gestos, todas as pessoas que embarcariam e que não poderíamos deixar nenhuma comida aos que se encontram no aeroporto», desabafou um dos participantes neste voo humanitário.

O mais duro foi deixar na pista, de braços estendidos e gesto suplicante, os trinta trabalhadores, recrutados entre os civis mais válidos, que a UNITA tinha autorizado a ajudar a descarregar o avião.

Governo e UNITA a caminho de negociações

PÚBLICO, 24 10 93

TANTO a imprensa de Luanda como o representante da UNITA na ONU disseram ontem que as duas partes do conflito angolano estão a poucos dias de uma nova ronda de conversações, mesmo que com carácter puramente exploratório. E a estação portuguesa de rádio TSF adiantou mesmo que o encontro será em Lusaka, capital da Zâmbia.

O delegado da UNITA na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, Marcos Samondo, declarou à agência Lusa que representantes do seu partido e do Governo angolano vão reunir-se esta semana "num país vizinho", que não desejou identificar. Mas escusou-se a adiantar pormenores, enquanto o sigilo também caracterizava o portavoiz do mesmo partido em Portugal.

A TSF, sem indicar fon-

te, noticiou que representantes do Governo e da UNITA iam já a caminho de Lusaka, para conversações preliminares sobre o processo de paz que tem estado em suspenso desde que em Maio se malogrou a ronda de Abidjan, na Costa do Marfim.

Diplomatas acreditados em Luanda disseram à agência Reuter que estão cépticos quanto à hipótese de quaisquer contactos virem a dar bons resultados dentro de poucos dias, tendo em conta o malogro de tentativas anteriores e a longa animosidade que, pelo menos de há um ano para cá, tem caracterizado todo o relacionamento entre as duas partes.

O representante especial das Nações Unidas em Angola, o maliano Alioune Blondin Beye, tem vindo a proceder a numerosas tentativas de aproximar as par-

tes. E há poucos dias, em Maputo, o secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, disse estar para breve um novo encontro, o que na sexta-feira foi corroborado em Lisboa pelo Presidente de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada.

Tudo se conjuga pois para que, durante esta semana, a comunidade internacional tente uma vez mais sentar frente a frente representantes do Governo angolano e do partido de Jonas Savimbi. E isto escassos dias depois de o Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, haver designado oficialmente o diplomata Paul Hare para se encarregar a tempo inteiro do caso de Angola.

Entretanto, a UNITA tem acusado Luanda de se aproveitar da trégua que ela

declarou unilateralmente o mês passado e de procurar conseguir novos avanços no terreno. Mas o Governo responde que os seus adversários não estão a respeitar nenhuma trégua, que o que fazem é propaganda e que entretanto não deslocando tropas da zona do Cuito para outras regiões.

Em 6 de Outubro, a Comissão Política da UNITA, reunida no Huambo, reafirmou a validade dos acordos em 1991 preparados em Portugal como base do processo de paz, "devendo no entanto ser actualizados". E reiterou a aceitação da validade dos resultados das eleições de Setembro do ano passado (ganhas pelo MPLA), "embora as considere fraudulentas". Além de ter considerado o protocolo há cinco meses elaborado em Abidjan base séria de negociações. ■

Angola à procura da paz

Primeiro contato hoje em Lusaka

Aguir dos Santos*
em Luanda

A ONU leva hoje até à vizinha Zâmbia a sua difícil procura da paz para Angola, mas ninguém acredita que nos dias mais próximos delegações de alto nível de um e outro dos beligerantes se sentem frente a frente e tomem medidas decisivas para a normalização da vida no conturbado país. Os passos a dar vão de certo ser muito lentos.

O representante especial em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, o advogado maliano Alioune Blondin Beye, afirmou a jornalistas estrangeiros acreditados em Luanda que espera reactivar o processo de paz em Angola durante os contactos exploratórios que hoje se prepara para encetar em Lusaka, a capital zambiana.

O delegado de Butros-Ghali disse que haverá um boicote total de notícias durante as conversações preli-

minares desta semana e que não está disposto a fornecer quaisquer pormenores, de modo a não prejudicar o tão complicado processo [no qual anda empenhada há mais de dois meses].

"Vivemos da esperança", sublinhou Alioune Beye, que deverá servir de mensageiro entre representantes do Governo angolano e da UNITA, pois estes possivelmente não se sentarão frente a frente, na mesma sala; pelo menos, por já.

Ao princípio da tarde de ontem, em Luanda, ainda nem sequer se sabia ao certo se de facto os dois beligerantes enviariam delegados a Lusaka. Ou pelo menos a composição exacta das delegações. E fonte oficial disse à agência noticiosa portuguesa Lusa que nas fileiras governamentais havia posições contraditórias sobre se se deveria ou não ir hoje à Zâmbia.

Alguns diplomatas creem que o Governo pretende recuperar militarmente todo o terreno que lhe for possível antes de reatar conversações substanciais com a UNITA, que há três meses parecia ser a força dominante em cerca de 80 por cento do território e que o mês passado proclamou unilateralmente o cessar-fogo, que tem vindo a ser respeitado no Cuito, capital da província do Bié.

Uma campanha difícil

No entanto, apesar de todo o optimismo manifestado em

Agosto pelas hostes do MPLA, as forças governamentais só de vagar é que têm conseguido progredir, a partir do município da Ganda, em Benguela, para o interior da província do Huambo. E apenas nos últimos dias houve a confirmação de que consolidaram posições em Tchindjenje, objectivo que atacavam há longas semanas.

A partir daí teriam, aparentemente, chegado a Ukuma, que fica 80 quilómetros a ocidente da cidade do Huambo, capital da província do mesmo nome e quartel-general das forças da UNITA, desde Março. Uma campanha de recrutamento de dezenas de milhares de homens e a compra de armas, autorizada pela ONU, fortaleceram neste último trimestre o ânimo dos governamentais. Mas mesmo assim o avanço para a ex-Nova Lisboa é muito mais complicado do que aquilo que desejariam.

Um quinto dos quase 10 milhões de habitantes de Angola foi deslocado das suas casas desde que há um ano se reatou a guerra, depois de os resultados das eleições legislativas e presidenciais não terem sido facilmente aceites pela UNITA, que é uma força bastante enraizada no Planalto Central.

O MPLA ganhou as legislativas e ficou a dominar quase por completo

PÚBLICO,
19 10 93

Guiné
A FACULDADE de Direito de Bissau, um dos mais importantes projectos de cooperação portuguesa na Guiné-Bissau, abriu ontem o ano lectivo, o primeiro de que sairão licenciados cerca de 200 alunos. Sob a coordenação científica de Augusto Silva Dias, da Faculdade de Direito de Lisboa, a escola conta com 22 docentes, 14 dos quais guineenses. ■

um Parlamento em que o partido de Jonas Savimbi não aceitou ir ocupar os lugares que lhe cabiam. José Eduardo dos Santos foi o primeiro nas presidenciais, mas sem conseguir os 50 por cento dos votos que o dispensariam de uma segunda volta, que ninguém sabe ainda quando é que se poderá realizar.

Nos últimos dias, enquanto começavam a surgir os indícios de possíveis encontros exploratórios mediados pelas Nações Unidas, os meios governamentais de comunicação social disseram que na fronteira da Zâmbia com o Zaire tinham sido apreendidas 30 toneladas de armamento proveniente da África do Sul e destinado à UNITA. E fontes oficiais admitiram que as dificuldades de se resolver a situação militar teriam levado o Presidente da República a adiar uma deslocação a França, enquanto está também em dúvida uma sua prevista viagem ao Brasil. ■

* com Reuter e Lusa

Um dia na desesperada vida dos refugiados no campo da Boa Esperança, perto do Caxito, mostra uma ínfima parte da tragédia angolana. É a parte de uma história onde seres humanos se vêem praticamente reduzidos à condição de não-existência

ANGOLA

A vida nos limites

NICOLE GUARDIOLA e ANTÓNIO PEDRO FERREIRA (fotos) enviados a Angola

EXPRESSO, 30 10 93

A BEIRA da estrada que liga Luanda ao Caxito, entre os rios Bengo e Dande, a bandeira azul das Nações Unidas flutua sobre um mar de tendas e choças cobertas de capim. É o campo da Boa Esperança, que acolhe desde o princípio do Verão milhares de «deslocados» vindos do Norte e Leste da Província do Bengo. Vêem-se ao longe aglomerações de tendas no sopé de

uma colina e junto às instalações em ruína de uma antiga fábrica açucareira.

Quantos são ao todo? 15, 20 mil? Ninguém sabe ao certo, nem o responsável do campo, Samba Ricardo, funcionário angolano do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, nem a equipa médica do CICS, uma organização não-governamental italiana que administra o «hospital» de Porto Quipiri, do outro lado da estrada.

Sábado passado, as crianças de Boa Esperança viveram uma jornada muito especial: receberam a visita da selecção nacional de basquetebol masculino, bicampeã da África e candidata ao título mundial de 1994. Houve festa, aplausos, discursos de circunstância. Antes de se retirar, o capitão da equipa entregou um donativo de 10 milhões de cuanzas para os deslocados, quantia aparentemente fabulosa mas equivalente a cerca de 26 contos

no mercado paralelo, o único onde se podem comprar alimentos, medicamentos, utensílios e ferramentas. Quando a comitiva arrancou envolta numa nuvem de pó rumo a Caxito, primeira etapa de uma «tournée» triunfal por todas as províncias de Angola, a calma regressou e as crianças retomaram as suas brincadeiras silenciosas.

A ideia de exhibir estes gigantes bem alimentados aos esfomeados pode parecer uma brincadeira de mau gosto, mas uma mera visita, qualquer acontecimento que quebre a monotonia das horas e dias, é recebido com alegria e gratidão.

A presença de jornalistas portugueses suscitou uma repentina agitação entre as mulheres carregadas de tachos e bidões à espera de os encher numa das torneiras frente ao «posto médico». A outra permanecia fechada por-

Continua na pág. 9

EUA apelam a Luanda e à UNITA

A ADMINISTRAÇÃO Clinton exortou ontem o Governo de Luanda e a UNITA a chegarem a um acordo em Lusaca. «Apelamos ao Governo de Angola e à UNITA para demonstrarem empenhamento no sucesso das conversações de Lusaca e na conclusão do processo de paz que começou em Abidjan», disse em Washington uma porta-voz da Secretaria de Estado norte-americana. Em Lisboa, o ministro angolano das Relações Exteriores manifestou ontem um comedido optimismo em relação ao encontro que levou à capital da Zâmbia o representante do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye, a «troika» de observadores do processo de paz angolano e representantes do Governo e da oposição armada angolanos. «A situação está a evoluir favoravelmente», disse Venâncio de Moura à agência Lusa. «Desde que haja esclarecimentos daquilo que consideramos como posições dúbias e contraditórias da UNITA e que seja estabelecido o quadro legal, naturalmente que iremos novamente às negociações para que a paz seja restabelecida em Angola», acrescentou o chefe da diplomacia angolana, que aproveitou uma escala técnica a caminho de Nova Iorque para se encontrar com o seu homólogo português, Durão Barroso. Mas, segundo fontes diplomáticas de Lusaca, citadas pela AFP, os pontos de desacordo permanecem no fundamental e o facto de não haver conversações directas entre as duas delegações está a tornar «muito difícil» o papel de intermediário de Alioune Beye. ■

PÚBLICO, 28.10.93

ANSTEE REVELA SEGREDO DAS ELEIÇÕES ANGOLANAS

— A ex-representante especial para Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Margaret Anstee, disse ontem em Lisboa que a ONU dispunha, desde o segundo dia das eleições angolanas (30 de Setembro de 1992), de uma estimativa muito próxima dos resultados da eleição presidencial que viriam a ser divulgados em 17 de Outubro de 1992. De acordo com a amostragem de que dispunha a ONU, Eduardo dos Santos teria 49,2 por cento dos votos (seriam 49,57 por cento) e Jonas Savimbi teria 38,2 (alcançaria 40,07). «Essa amostragem é habitual nos processos fiscalizados pela ONU para prepararmos os concorrentes para a vitória ou para a derrota, mas não achámos que fosse prudente torná-los públicos em Angola», explicou Anstee perante uma audiência largamente composta por estudantes do Instituto de Economia e Gestão, onde ontem falou da sua experiência angolana e do papel da ONU nos processos de transição para a democracia em Angola.

PÚBLICO, 29 10 93

BUTROS-GHALI ADIA SANÇÕES À UNITA — O secretário-geral das Nações Unidas, Butros-Ghali, recomendou ontem ao Conselho de Segurança o adiamento, até 1 de Dezembro, da aplicação de um segundo pacote de sanções à UNITA. A recomendação baseia-se na necessidade de aguardar os resultados dos contactos exploratórios mantidos nos últimos dias em Lusaca pelo representante especial da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye. E horas antes já se soubera, pela agência Lusa, que os Estados Unidos não iriam apoiar, por agora, a aplicação de novas sanções à UNITA, dada a esperança de que em breve seja possível retomar o processo negocial de Abidjan, interrompido em Maio. Os contactos de Lusaca terminaram ontem, sem que nenhum resultado palpável tenha sido revelado; mas na próxima semana outros se efectuarão, em país que Alioune Beye ainda não divulgou. No seu relatório ao Conselho, Butros Butros-Ghali disse que são já bem mais de mil os angolanos que morrem diariamente devido às consequências directas e indirectas da guerra, que atirou com três milhões de pessoas para fora dos locais habituais de residência. O que vai ao encontro dos que admitem que a luta em Angola teria causado para cima de 300.000 mortos, desde há um ano. PÚBLICO, 30 10 93

Chivukuvuku condena UNITA

EXPRESSO, 30 10 93

«ESTÁ visto que a UNITA não pode dar a Angola a paz e a estabilidade de que o país precisa», afirmou ontem ao EXPRESSO Abel Chivukuvuku, ex-responsável das relações externas da UNITA. Estas declarações foram feitas exactamente um ano depois dos trágicos acontecimentos de Luanda, em que Chivukuvuku ficou gravemente ferido quando tentava fugir da cidade, juntamente com os também dirigentes da UNITA Arlindo Ben-Ben, Jeremias Chitunda e Salupeto Pena (os dois últimos mortos). Já totalmente recuperado, Chivukuvuku aguarda que o Parlamento de Luanda se pronuncie sobre o seu pedido para assumir o mandato de deputado para que foi eleito pelas listas do movimento de Savimbi (ver caderno Internacional).

MISSIONÁRIOS ESCRIVEM SOBRE ANGOLA — Onze responsáveis europeus da Congregação dos Missionários do Espírito Santo enviaram ontem uma carta aos chefes de Governo dos seus países, apelando ao fim da venda de armas à UNITA e ao Governo de Luanda e ao aumento da pressão para levar os dois beligerantes ao diálogo. «Nem a UNITA nem o Governo angolano podem lavar impunemente as mãos do sangue injustamente vertido», diz a carta dos missionários, que têm 90 membros da sua congregação a trabalhar em Angola.

PÚBLICO, 30 10 93

Continuação da pág. 8

A vida nos limites

que as mulheres não tinham permitido que o «responsável da chave» se servisse primeiro, e o homem, amuado, tinha ido para a sua tenda levando-a consigo. E lá saboreava ele a sua pequena vingança, sentado na única cadeira visível a léguas, rodeado dos sinais exteriores do seu poder: uma pequena telefonia, uma catana e uma bicicleta azul novinha em folha.

Adriano Casimiro, também ele natural do Bengo, insurgiu-se contudo contra esta falta de solidariedade com os sofrimentos do povo e lá convenceu o «homem da chave» a abrir a torneira. Uma pequena vitória que desatou as línguas das mulheres e soltou um coro de protestos e lamentações contra a comida, escassa e má, as doenças que dizimam as crianças, a falta de dinheiro e a indiferença de Luanda.

O dr. Luigi Agostino, o médico italiano que dirige o «hospital» de Porto Quibiri, disse que, ainda há duas semanas, diarreias e subnutrição aguda causavam diariamente dezenas de vítimas entre a população de Boa Esperança. A mortalidade baixou grandemente quando o campo passou a dispor de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável. Mas o sarampo, as parasitoses intestinais e as doenças pulmonares continuam a sua safra de morte.

A maioria das crianças de menos de cinco anos sofre de anemia aguda. As mais resistentes têm o cabelo descolorido pela falta de ferro e o corpo e os membros cobertos por uma espécie de sarna provocada pela avitaminose. » Samba Ricardo garante que, embora pobre, a ração distribuída seria suficiente para garantir a sobrevivência dos refugiados se chegasse efectivamente aos mais necessitados: farinha de milho, feijão, óleo vegetal e, sempre que possível, um

pouco de peixe seco, açúcar e sabão.

As mulheres negam energeticamente. E o certo é que na panela que ferve à porta de cada tenda só há papas de milho sem tempero, excepto a cinza e poeira que as salpicam a cada rajada de vento.

Peixe seco, algum tomate verde, um punhado de quiabos, só se encontram num pequeno mercado improvisado à beira da estrada, entre a entrada do campo e o posto de controlo, onde dois polícias sonolentos fiscalizam os veículos que se dirigem para Caxito.

De vez em quando um camião pára junto ao mercado. Alguns passageiros saltam da caixa, outros sobem, e, no meio da confusão, alguns bidões de óleo tomam clandestinamente o caminho inverso. Os responsáveis do campo admitem a existência deste tráfico, mas negam que por aí andem mafias organizadas ou haja desvios massivos da ajuda alimentar.

A OS CAMPOS de refugiados afluí ainda uma população flutuante que só aparece aos fins-de-semana ou na altura das distribuições de comida. É praticamente impossível impedir que tal aconteça num campo aberto a menos de 50 quilómetros de Luanda e a dez do Caxito. A única alternativa seria fechá-lo com arame farpado, colocar guardas armados, ideia que Samba Ricardo rejeita frontalmente.

«São os nossos compatriotas, agricultores, funcionários, empregados de empresas estatais que tiveram de abandonar as suas casas, todos os seus haveres, para fugir à guerra. Muitos têm familiares mobilizados, a combater nas diversas frentes. Não po-

demos tirar-lhes a liberdade, transformar isto num campo de concentração. Se esta é a condição para receber as ajudas internacionais, é melhor renunciar», argumenta o delegado do Alto Comissariado para os Refugiados na Boa Esperança, aludindo às queixas de algumas ONG privadas que denunciam a corrupção e o «roubo» de uma parte substancial dos medicamentos e alimentos destinados às vítimas da guerra.

Os «deslocados» da Boa Esperança são uma ínfima parte do «exército» de dois a três milhões de angolanos, quase um terço da população, que a guerra privou de qualquer meio de subsistência. Uns fugiram das zonas de combate, outros foram desalojados, espoliados, roubados pelas tropas governamentais ou da UNITA, outros ainda ficaram sem emprego nem dinheiro nas cidades sitiadas do interior — Cuíto, Malange, Luena, Menongue.

Nas grandes cidades costeiras — Luanda, Lobito, Benguela — não afectadas directamente pela guerra, a fome está também presente, provocada pela drástica desvalorização do novo cuanza e a inflação galopante. Que alimentação pode dar aos filhos um empregado que ganha 500 mil cuanzas, quando um saco de 50 quilos de batata custa dois milhões, um saco de farinha de milho mais de um milhão, um pão ou uma maçã 20 mil? E quase todas as famílias têm de alimentar bocas suplementares: primos, tios e avós, «deslocados domésticos» não contemplados nas estatísticas oficiais.

O Ministério da Agricultura angolano avalia em cerca de 530 mil toneladas o défice nacional de cereais para 1993, mas as colheitas serão praticamente nulas em 1994. Os campos e fazendas abandonados que circundam Caxito, «libertada» há seis

meses, anunciarão mais fome e mais mortes.

E, nas poucas zonas onde o abrandamento dos combates criou uma relativa segurança, os camponeses não se atrevem a cultivar mais do que o estritamente necessário à própria subsistência, conscientes de que os excedentes ficarão nos celeiros, expondo a aldeia a ataques e pilhagens. O colapso dos transportes e do comércio entre as províncias impede de trocar a comida por outros produtos que faltam no interior, como sal e medicamentos, especialmente contra a malária e a cólera, doenças cuja incidência atinge o pico na estação das chuvas.

MAS AGORA estes deslocados da Boa Esperança, especialmente os homens que toda a vida lavraram as duas colheitas que esta região dava cada ano, vêem cair as primeiras chuvas com um sentimento de revolta e desespero. Perderam a esperança de voltar às suas aldeias a tempo das próximas sementeiras. Mas, se lhes dessem alfaias e sementes, poderiam cultivar à volta do campo. As terras têm porém dono, e o Governo não se atreve ao que poderia ser interpretado como um atentado à propriedade privada, espoliando uns para aliviar o sofrimento de outros.

Entre duas tendas, no campo da Boa Esperança, alguém delimitou com pedras uma minúscula horta de pouco mais de dois metros quadrados, aproximadamente as dimensões de uma campá. Ali nasceram seis mandioqueiras que oferecem as folhas tenras às primeiras chuvas. A mulher que as plantou já não espera todavia colher o fruto do seu trabalho. Murmura: «É preciso parar a guerra. Tantos mortos, tantos desaparecidos... Queremos voltar para casa.» ■

Um ano depois da batalha de Luanda

PÚBLICO, 31 10 93

António Matos

Em Luanda, há um ano, os sons da guerra acordaram os angolanos de um sonho de paz e despertaram o mundo para uma realidade em que, afinal, a comunidade internacional interveio sem os meios adequados. Recomeçava a guerra. O Governo correu com a UNITA da capital e, de vez em quando, senta-se com ela na mesa das negociações. Mas nada será como antes.

Chegar a Luanda naquela manhã de sexta-feira era entrar num mundo que mudara em menos de oito dias. Foi precisamente há um ano. Entre sábado e segunda-feira, travara-se a mais mortífera batalha urbana que a longa guerra de Angola conhecera até então. Na capital angolana respirava-se ainda os cheiros dos corpos queimados e putrefactos, que não sugeriam outra coisa que não fosse o fim. E era o fim de um tempo que chegou a ser de paz, durante 19 meses: como se tudo fizesse parte de uma malévolos maquinação, os acordos paz foram assinados em 31 de Maio de 1991 e a sua derrocada final aconteceria em 31 de Outubro de 1992.

Ao desembarcar, percebia-se que o rescaldo da bata-

lha tinha agradado aos que faziam em Luanda o seu dia-a-dia: "Não tenhas medo que eles já foram corridos", diz um candongueiro (versão angolana de taxista) ao repórter, tomando claramente partido pelo Governo na carnificina que este empreendeu contra as hostes de Savimbi na capital angolana. A mesma atitude era assumida inconscientemente por centenas de pessoas que faziam uma autêntica peregrinação, macabra, pelos lugares da morte e destruição: uma onda de "voyeurismo" levou os habitantes de Luanda às sedes bombardeadas e saqueadas da UNITA e aos automóveis calcinados onde pereceram dirigentes do partido — como Elias Salupeto Pena e Jeremias Chitunda.

A cidade estava mais leve — já lá não estavam os sinais de um conflito latente, entre os soldados de Savimbi e a Polícia, armados até aos dentes, defendendo as suas fronteiras numa cidade sitiada desde as eleições de Setembro —, mas mais pesada também: já quase ninguém acreditava numa solução duradoura para a paz na nação angolana. A UNITA tinha desaparecido da cidade grande, onde entrara depois da assinatura dos acordos de paz, e a questão angolana voltava a ser discutida nos campos de batalha.

Acusações e nada mais

Nos meses que seguiram, morreram dezenas de angolanos, milhares ficaram sem tecto e as crianças morriam mais do que em qualquer outro ponto conhecido do Glo-

bo. Entre o nascimento e os cinco anos de idade, morre quase metade dos angolanos — 417 por mil, segundo as estatísticas da Unicef.

No plano político, trocaram acusações os que disputaram o voto popular: a batalha de Luanda fora obviamente premeditada pelo Governo angolano, que teve tempo, espaço e aval internacional para castigar a recusa da UNITA de aceitar o resultado das eleições que se tinham realizado em 29 e 30 de Setembro de 1992 — um mês antes. Por outro lado, foi o colapso das estruturas para a paz em Angola, em que estavam empenhadas — para além do Governo ou MPLA e da UNITA — as Nações Unidas, Portugal, Rússia e Estados Unidos.

Tudo o que divide o país — rivalidades políticas e, sobretudo, étnicas — se acentuou. Por isso, nenhum dos intervenientes no processo de paz poderia ignorar os ódios que se acirraram depois das perseguições étnicas que levaram à perseguição e morte do povo umbundu — oriundo do Planalto Central — em Luanda e dos povos crioulos — resultantes da miscigenação colonial — nas regiões controladas pela UNITA. Os esforços para juntar as duas partes na mesa das negociações goraram-se quase sempre e, quando resultaram, não tiveram efeitos práticos.

A catarse dos protagonistas

Isso mesmo acabariam por reconhecer três dos protagonistas do recente processo angolano, numa conferência realizada em Lisboa na quarta-feira passada: Onofre

dos Santos, director-geral das eleições, António Monteiro, chefe da missão portuguesa na Comissão Conjunta Político-Militar (estrutura encarregue, no terreno, de coordenar a aplicação dos acordos de paz), e Margaret Anstee, representante especial do secretário-geral das Nações Unidas.

Nessa conferência, promovida pela Câmara do Comércio e Indústria Portugal-Angola, os três convidados fizeram um exercício de catarse, já que diagnosticaram a um ano de distância as causas do insucesso de uma missão de que foram protagonistas. A mais radical das teses então apresentada foi a de Margaret Anstee, segundo a qual a ONU devia recusar a intervenção em processos de paz de que não fosse principal árbitro desde o início. É que, em Angola, as Nações Unidas tinham entrado num processo em curso, arbitrado por Portugal e em que intervieram depois os Estados Unidos e a ex-união Soviética, como avalistas da UNITA e do Governo, respectivamente.

As Nações Unidas surgiam em Angola com uma debilidade quase confrangedora de meios (400 efectivos, quando participaram sete mil na Namíbia, com um quinto dos eleitores e muito menos território). Por isso, Margaret Anstee — usando do humor que lhe conferem as suas origens angolanas, a propósito da resolução 147 das Nações Unidas, de Março de 1992, que determinava a definição a missão de manutenção de paz em Angola — diria que "foi posto à disposição da Angola um Boeing 147 com combustível para um DC3".

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

I M P R E S S O